

Estado, empresas e sociedades beneméritas: alguns espaços privilegiados das práticas políticas em meados do século XIX

HERNÁN ENRIQUE LARA SÁEZ*

Introdução

Um dos elementos indicados nos discursos dos políticos nos debates sobre a moeda e bancos, em meados do século XIX, dizia respeito à multiplicidade de papéis exercidos pelos políticos. Facilmente pode-se elencar um grande número de agentes com diversas funções que excediam em muito os limites de sua formação, um exemplo disso poderia ser o de Francisco de Sales Torres Homem, o visconde de Inhomirim, que era médico, bacharel em direito, político e jornalista (NOGUEIRA, 1973: 214). O que chama a atenção é que alguns deles discursavam tendo em mente demandas específicas de determinados grupos e baseavam seus argumentos na defesa desses interesses. Aparentemente, essa atitude referia-se a outro nexos diferente da relação entre representantes e representados no sistema político imperial. Estas falas permitem vislumbrar, às vezes com uma clareza impressionante, que esses Parlamentares evidenciavam um sólido “conhecimento de causa” sobre reivindicações de determinados grupos.

Como se verá nesta comunicação esses políticos mantinham fortes laços com a elite econômica tanto porque, em alguns casos, eram oriundos dela, quanto por imiscuir-se a ela pela adoção de práticas e funções semelhantes no exercício do papel de investidores. Provavelmente, nessa trajetória incorporavam suas reivindicações e argumentos, o que lhes conferia propriedade para defender a resultante entre suas intenções, interesses pessoais e as exigências e pressões desses grupos. Assim, as empresas e sociedades beneméritas, vez por outra chamadas simplesmente de sociedades, propiciavam a aproximação tanto dos representantes com seus representados, quanto entre investidores e oportunidades variadas. Nesta segunda categoria enquadravam-se, por exemplo, número significativo de estrangeiros que não

* Mestre e doutorando em História Econômica pela FFLCH/USP, e é bolsista FAPESP. E-mail de contato: hernansaez@usp.br.

gozavam do direito de participar do processo eleitoral, mas que tinham condições materiais de aportar com a compra de uma grande quantidade de ações necessárias para se tornarem diretores.

Desta forma, a ação política ganhava outros espaços que não as instâncias legislativas, de certa forma, são estes outros espaços complementares que forneciam parte da sustentação para suas alegações naquele âmbito. Destarte, a ligação entre os políticos e entre estes com os integrantes das sociedades, fossem elas comerciais ou beneméritas, formava uma ampla rede de apoio e de interação que transformava esses espaços em antecâmaras das discussões políticas. Curiosamente, as hoje tão populares “redes sociais”, ou seu arquétipo, já se faziam presentes na sociedade imperial, ainda que com outras técnicas e métodos, a lógica de criar, recriar e ampliá-las era a mesma e garantia, para aqueles que as executassem com perfeição, uma boa circulação pela alta sociedade.

Para esta tarefa utilizo-me dos discursos emitidos por políticos que constam dos Anais da Câmara dos Deputados e de informações contidas no Almanak Laemmert sobre as diretorias dos bancos e sobre negociantes. Concentro minha atenção entre os anos de 1857 e 1860, por ser este um período de intensos debates que desencadearam profundas mudanças na política econômica e colocaram em evidência algumas posições políticas. Ao esforçar-me por encontrar uma correlação entre o rol de políticos e “funcionários” de algumas das sociedades mais relevantes desse momento no Rio de Janeiro, acabei deparando-me com a formação simultânea de uma rede parental que ligava esses homens indicando uma estreita relação entre famílias, carreiras, formação universitária e cargos governamentais.

Os espaços privilegiados das práticas políticas em meados do século XIX

“Na tríplice posição que me acho em relação ao projeto que se discute, como representante da nação, habitante desta capital, e acionista de dois bancos a que se refere a medida, eu não hesito, senhores, em prestar-lhe a minha adesão, porque em todas essas relações julgo-a profícua quer ao interesse público, quer ao interesse particular desses estabelecimentos. Acionista desses bancos, eu tenho dependente deles uma parte de minha pequena fortuna; e entretanto desejo que seja adotada a medida em discussão, porque prefiro um dividendo menor, mas com a garantia de estabilidade do seu valor (Muito bem, muito bem), a um dividendo que, conquanto maior, em nada aumenta os meus recursos, em consequência da depreciação da moeda em que me é pago”. (grifos meus)

Este discurso foi proferido por Jerônimo José Teixeira Júnior, o visconde do Cruzeiro, na sessão de 08 de julho de 1859, na Câmara dos Deputados. Nesse momento discutia-se a medida de metalização dos fundos bancários que restringiria a emissão de notas. Foi uma discussão ácida que levou à queda do ministério presidido pelo visconde de Abaeté. Como se pode notar Jerônimo José Júnior reforçou sua adesão à medida utilizando-se da condição de acionista de instituições bancárias, tratava de demonstrar que mesmo que os bancos tivessem os dividendos diminuídos pela restrição à prática emissionista haveria uma compensação pelo da desvalorização monetária. Sua apreciação da questão estava, portanto, sustentada por um tipo de conhecimento empírico que lhe conferia certa autoridade e, mais do que isso, ligava seus interesses aos destes estabelecimentos que alegadamente seriam os mais prejudicados.

A trajetória do visconde do Cruzeiro é certamente invejável, ele foi um dos grandes artífices na formação das redes de apoio tão em voga na segunda metade do século XIX, logrou como poucos articular rede de apoio familiar com suas bem sucedidas alianças. Herdeiro de grande fortuna, seu pai, Jerônimo José Teixeira, era um rico comerciante oriundo do Porto que se estabeleceu na Corte e casou com Ana Maria Netto Carneiro, a qual pertencia a um dos troncos da família dos Carneiro Leão com ramificações em Pernambuco, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Sua tia por parte de mãe, Maria Henriqueta Netto Carneiro casou-se com o Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro marquês do Paraná, portanto, este veio a ser seu tio, a quem visitava com frequência. Teixeira Júnior cursou a Faculdade de Direito em São Paulo, onde se formou em 1853, retornando ao Rio de Janeiro casou-se com sua prima, filha do marquês do Paraná, tornando-se assim seu sobrinho-genro. Fosse só esta a biografia já deduzir-se-ia as imensas oportunidades com as quais ele se depararia. (MARTINS, 2007: 93-122)

No entanto, o futuro visconde do Cruzeiro não se deteve aí, esmerou-se em diversas frentes e atividades logrando ampliar a rede de apoio que seu sobrenome e sua fortuna lhe garantiam. Passou a figurar como capitalista no Almanak Laemmert, o que atestava ter grandes cabedais para suas negociações. Também participou da fundação da Companhia de Navegação Niterói & Inhomirim e foi um dos diretores da Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II, tornando-se, em 1859, seu vice-presidente. Pode ainda ser encontrado como diretor do Banco do Brasil, do Banco Rural e Hipotecário do Rio de

Janeiro, membro do Conselho Fiscal do Banco Industrial e Mercantil do Rio de Janeiro, fiscal do Banco Comercial e Agrícola e provedor da Santa Casa de Misericórdia. Ao desempenhar essas funções relacionou-se e vinculou-se a homens de posições tão díspares quanto o barão de Mauá e Francisco Sales Torres Homem. (MARTINS, 2007:100)

Simultaneamente a essa extraordinária trajetória financeira também chama a atenção seu percurso político, em franca ascensão desde meados do século XIX. Começou como Deputado Provincial, em duas legislaturas a partir de 1854, depois passou à Câmara dos Deputados como representante da província do Rio de Janeiro, a partir de 1858, sendo reeleito na décima primeira, décima quarta e décima quinta legislaturas, exercendo a presidência dessa instância entre 1869 e 1872, posteriormente, em 1873, foi nomeado Senador. Desempenhou ainda as tarefas de ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 1870, e depois as de Conselheiro de Estado. (NOGUEIRA, 1973: 418-419) Não é de se estranhar, portanto, que ele tenha mantido contatos próximos com nada menos do que o visconde de Itaboraí, visconde do Uruguai, marquês de Olinda, visconde de Abaeté, visconde de Inhomirim, visconde do Rio Branco, Nabuco de Araújo, visconde do Bom Retiro, Duque de Caxias, bem como com o conde de Baependi, de quem era primo, barão de Mauá, de quem era compadre, conde de São Clemente, barão do Tiete, Cristiano Ottoni, Rodrigo Augusto da Silva, Antônio Ferreira Viana, Francisco Otaviano e os irmãos Ribeiro de Andrada. Claro que esse talvez seja o caso mais bem sucedido da organização e ampliação das redes sociais de apoio apresentadas neste trabalho, no entanto, o que se pleiteia é assinalar que mesmo sem esta amplitude os demais políticos formavam suas malhas de contatos tendo como base suas trajetórias e suas ligações consangüíneas com vistas a ter uma vivência política mais estável.

É importante destacar que as diversas relações que construiu em sua jornada não o fizeram sentir-se compelido a alinhar-se indefinidamente a qualquer um desses políticos. Como suposição fica o registro de que talvez a dificuldade na flexibilidade das posições políticas tenha sido uma característica mais marcante nas lideranças, justamente por seus esforços como articuladores em torno de alguma posição. Assim, nos políticos mais célebres a mudança de opiniões causava grande espanto como no caso de Zacarias de Góis e Vasconcelos. Quiçá, por essa mudança ter sido tão

alardeada, pensou-se que todos os Parlamentares estavam tão arraigadamente presos a posições partidárias estruturais que a alteração de apoio era tomada como uma espécie de violação de conduta, quando na realidade essa não era a regra, mas a exceção. Dessa forma, explicar-se-ia o fato de uma característica restrita aos líderes acabar sendo indiscriminadamente aplicada aos demais sem se confrontar essa pressuposição com o conjunto das posições assumidas em debate ou o conteúdo de seus discursos.

Um dos elementos a ser considerado, com poder de influência na determinação do voto foi a composição da rede de apoio, entendendo-se que parte dela provinha do parentesco e outra parte, mesmo que aparentemente mais desconexa, de apoios que chamarei informalmente de “ocasionais”. A formação dessa rede estava inserida na própria lógica da política do século XIX. Jeffrey Needell, por exemplo, ao tratar da formação do Partido Conservador afirmou que os espaços para essa organização estavam localizados na magistratura, na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, na presidência dessa província e na Câmara. Nessa articulação seus principais líderes, Bernardo Pereira de Vasconcelos e Honório Hermeto Carneiro Leão, colocaram-se em contato com um importante grupo fluminense liderado por Joaquim José Rodrigues Torres. Entre eles a união se forjou através das práticas de indicação, eleição e casamento. Essa aproximação permitiu uma conexão destas notabilidades com grandes redes de famílias da baixada fluminense dedicadas ao cultivo de cana de açúcar e forte presença na Assembléia Provincial. (NEDELL, 2009:5-22) Como se pode notar, apesar dessas considerações tratarem apenas da formação de um dos partidos imperiais é possível perceber que era um mecanismo comum às várias regiões do Império, portanto, garantir acesso a cargos era uma das formas pelas quais as redes de apoio se recriavam.

As famílias representavam um elemento-chave na organização das redes de apoio, talvez no caso da política tenha sido a mais segura. Como indicou Richard Graham os conceitos de casa e família eram ainda menos influenciados pelas diferenças regionais do que a questão da escravidão e afetavam profundamente a natureza da política. A importância dessas instituições como unidades básicas da ordem política exige que se lance um olhar mais detido, especialmente por esses “elementos culturais” mostrarem-se particularmente resistentes às mudanças. (GRAHAM, 1997:34) Conforme o mesmo autor indicou em outro trecho, as famílias representavam uma importante fonte de capital político, não só pela acumulação que faziam, mas pelos contatos que

propiciavam nos mais diversos segmentos da sociedade. Sobre a relação entre família e redes de apoio o autor alega que (GRAHAM, 1997:37):

“Os limites de uma família iam muito além do pai, da mãe e dos filhos. A proteção em troca de lealdade, imposta pelos vínculos familiares, estendia-se primeiramente a uma ampla gama de relacionamentos consanguíneos e, em seguida, a um número igualmente grande de ligações por meio de casamento. Embora mais tênues os laços de parentesco ritual também eram importantes. Ser padrinho, afilhado, compadre ou comadre no Brasil, como em outras culturas ibéricas, envolvia obrigações religiosas e materiais importantes e, portanto, de influência e até mesmo autoridade. Todos esses laços familiares implicavam obrigações mútuas de ajuda nas eleições ou na garantia de cargos no governo, de tal modo que, por extensão, muitas vezes alguém se referia de forma figurada a um protegido como afilhado, e a seu protetor como padrinho”.

Nestas passagens Graham reforçou a grande relevância que os contatos familiares tinham no século XIX. Um episódio interessante que ressalta a abordagem utilizada neste trabalho foi o ódio com que o liberal, representante da província do Rio de Janeiro, Martinho Álvares da Silva Campos, respondeu em 5 de julho de 1859 às ofensas que se vinculavam sobre ele na imprensa, orquestradas em sua opinião pelo seu desafeto o ministro dos Negócios Estrangeiros, José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco. Esta passagem serve para realçar dois fenômenos, em primeiro lugar como o meio político estava permeado dessas relações parentais e, em segundo lugar, a possibilidade de mudança de opiniões. O próprio visconde do Rio Branco mudara de posições políticas, militando no começo da carreira pelos liberais e mais tarde pelos conservadores.

“Não sou deputado por ser primo de algum grande e respeitável homem de Estado. Não sou deputado porque fosse secretário do chefe de um grande partido, do qual ingratamente me separasse para fazer-me secretário, prestando a fiança exigida, de outro grande chefe do partido contrário. (Reclamações) Se. Presidente, não continuarei neste assunto; sirva isto de primeira e última resposta à imprensa do Sr. ministro dos negócios estrangeiros. Positivamente da tribuna peço a S. Ex. que mande preparar contra mim os seus pasquins escritos pelos seus ratos molhados”. (grifos meus)

As reclamações após seu pronunciamento foram claramente expressões de reprovação à insinuação de que havia políticos sem habilidades que se aproveitavam exclusivamente das relações com parentes famosos para obter algum cargo público. O tom depreciativo não só ao expediente de benefício dos parentes como também da subserviência pela qual se manipulava a imprensa, serve para entender as manifestações

de repúdio que recebeu dos seus pares após o discurso, afinal, não era exclusividade do Ministro dos Estrangeiros a formação de redes de apoio parentais e nem a proximidade com a imprensa. Talvez por isso o deputado tenha se apressado em particularizar de tal forma o caso que dificultava sobremaneira a possibilidade de generalização das denúncias, esse era um recurso astuto uma vez que impedia que suas ofensas pudessem ser dirigidas a outros colegas.

A importância da formação de uma ampla rede de apoio dentro e fora das instâncias legislativas também foi assinalada no estudo sobre o Conselho do Estado realizado por Maria Fernandes Martins, onde a autora busca demonstrar que é um equívoco considerar os políticos com assento nessa instância como pertencentes a um grupo isolado dedicado apenas à direção do país. Segundo ela, no contexto das redes de relacionamento, o capital e poder político de um indivíduo correspondiam não apenas ao seu *status*, mas igualmente à capacidade de oferecer e retribuir benefícios, em um amplo esquema de trocas cuja função estruturante verificava-se em um nível mais cotidiano das relações de poder. Na prática, consistia em aspectos informais a conviver com estruturas formais de ordenação política e social, transformando-se progressivamente em práticas marginais, na proporção em que se complexificava o aparelho de controle e administração do estado. As relações que essas redes retratam expõem uma estrutura social na qual a própria identidade individual ainda se encontrava fortemente vinculada a relações familiares e de redes sociais, o que fazia com que, com frequência, antes de homens públicos, fossem representantes dos interesses de grupos e famílias que os aproximaram do poder. Assim, a noção de rede complementaria a compreensão do sentido que assumia o termo *elite* pela consideração de que formavam grupos com identidades construídas a partir de suas relações, crenças e práticas políticas. (MARTINS, 2007:95)

A única parte com a qual discordo dos termos usados no trecho apresentado está no momento em que a autora afirmou que “com frequência, antes de homens públicos”, proponho que para este trabalho se entenda que invariavelmente ao mesmo tempo em que eram homens públicos também eram representantes de interesses particulares em uma amálgama tão singular, mutável e pessoal que dificilmente se conseguiria mensurá-las precisamente. Não pretendo com isso indicar qualquer problema com a abordagem de Martins, apenas ressaltar que a compreensão sobre as opções adotadas pelos políticos

do século XIX, neste trabalho, deve ser ampliada.

Tendo tudo isso em mente fica mais fácil compreender uma passagem sobre o desentendimento entre Nabuco de Araújo e Sérgio Teixeira de Macedo, quando este último era ministro do Império, governo do qual o primeiro também participava. A questão com Sérgio de Macedo versava sobre a indicação de um irmão de Nabuco para um lugar na Secretaria do Império, nomeação em que ambos parecem ter estado de acordo, mas que não se efetuou. Segundo Joaquim Nabuco a colocação não era de forma alguma superior à capacidade do candidato que ocupava um lugar de igual categoria e maior responsabilidade no funcionalismo da província do Rio de Janeiro. Além disso, como poderia negar-se Nabuco de Araújo a sustentar essa pretensão e a recomendá-lo como pessoa habilitada e digna? “Faltar a esses bons ofícios seria revelar indiferença pela sorte do irmão, que ocupava socialmente posição muito inferior à sua”. (NABUCO, 1936:321) O autor apressa-se, no entanto, em desmentir que seu pai deixara o ministério por “não ter sido seu mano contemplado”. De fato, é bem provável que seu desentendimento com o gabinete estivesse muito além da perda de uma nomeação, entretanto, ter acesso a esses cargos significava constituir um importante prolongamento para sua rede de apoio e de certo que Nabuco de Araújo sabia que este impedimento comprometia, em alguma medida, a reorganização de sua base de apoio.

Apesar de todos os elementos apresentados até aqui estarem intimamente imbricados com o interesse particular, este item busca indicar um tipo específico, a ligação direta ou indireta dos agentes públicos com o ramo empresarial. A dificuldade aqui não está apenas em encontrar o nexo entre políticos e empresas, mas de encontrá-lo e entendê-lo como uma forma legítima desses representantes corresponderem aos diversos anseios dessas sociedades. Destarte, a grande questão está em descobrir em quais sociedades cada um deles estava inserido. A despeito do impulso de passar diretamente às sociedades mercantis não se pode esquecer de mencionar que a primeira, e mais evidente, é a sociedade brasileira, afinal tratavam-se de representantes da nação. No entanto, isso não significa que os Parlamentares não tivessem outras atribuições ou papéis e que de cada um deles nascesse uma compreensão específica sobre o impacto que as medidas debatidas nas instâncias decisórias teriam. Desse modo, é possível, por exemplo, encontrar alguns políticos que também desempenhavam funções de sócios ou diretores em estabelecimentos mercantis, sociedades pias, religiosas, etc, o que

certamente transformavam-lhe a visão.

Mesmo que não fossem eles diretamente a exercê-los, ainda assim, não estariam imunes às suas influências, porque possivelmente parte de sua rede social de apoio estava envolvida com essas empresas, portanto, é lícito supor que suas posturas nas discussões sofreriam algum tipo de interferência. As demandas às quais os políticos buscavam fazer frente, provavelmente, suscitavam considerações dos poderosos homens de negócio da mesma forma que entre os poderosos proprietários de terra e homens e como tal, eram levadas em conta. Suponho que não desproporcionalmente, de forma a ser o único elemento definidor do voto, mas como um poderoso componente de consideração. As questões sobre a moeda e os bancos forçosamente tratavam de compatibilizar os interesses gerais com os interesses desses homens chamados por vezes de “capitalistas” outras de “particulares”.

Curiosamente, estas categorias foram associadas em alguns trabalhos a considerações negativas, é o que se encontra, por exemplo, em Faoro. De acordo com ele o segundo reinado seria o paraíso dos comerciantes, entre os quais se incluíam os honestos e os especuladores prontos para dar “o bote à presa”. No extremo oposto encontravam-se “os agricultores vergados ao solo, os industriais inovadores servem sem querer, aos homens de imaginação forrada de golpes, hábeis no convívio com os políticos, astutos nas empreitadas”. (FAORO, 2001:522). Do que se pode encontrar nos Anais da Câmara dos Deputados não era essa a visão que predominava na época, pelo contrário, geralmente os Legisladores se remetiam a eles com grande consideração, tratava-se de uma espécie de reconhecimento à relevância desses empreendedores no campo mercantil. (SÁEZ, 2010:116)

Essa visão pejorativa sobre os comerciantes, provavelmente, está relacionada com a alegação de alguns políticos sobre os malefícios na ampliação do crédito e na construção de uma oposição entre agricultura, indústria e comércio. Um dos melhores exemplos disso se pode encontrar na exposição do deputado Joaquim Otávio Nébias, representante pela província de São Paulo na Câmara dos Deputados, em 21 de julho de 1853. Seu pronunciamento explorava a primazia do comércio sobre as demais áreas da economia, não conseguia enxergá-las como áreas distintas de uma mesma economia, mas como três vias autônomas e conflitantes que resultariam em políticas econômicas excludentes. Uma abordagem diferente pode ser encontrada na argumentação de João

Lustrosa da Cunha, o 2º marquês de Paranaguá, representante da província do Piauí, em 1º de julho de 1859, quando indicava que a obrigação pretendida pelo Ministro da Fazenda de metalizar a totalidade dos fundos bancários, conseqüentemente forçando o fechamento dos bancos que não o fizessem, traria graves conseqüências para a agricultura e indústria, por se tratar de um projeto de restrição do crédito. Aparentemente, o primeiro tipo de alegação recebeu mais atenção.

A própria dedicação de alguns membros do Legislativo, ou de seus amigos, a essas atividades e investimentos já são indicativas de que a percepção geral não poderia ser tão negativa a ponto de apartá-los dessas práticas nas sociedades mercantis ou beneméritas. Por uma questão de coerência com a argumentação que vem sendo construída até o momento, pela importância inequívoca do período entre 1857 e 1860 e, no limite, por ser um momento marcado em algumas leituras pela desagregação da política da Conciliação, a análise a seguir se aterá dentro do possível ao quadro de funcionários de alguns dos mais destacados bancos nessa ocasião. Destarte, caso se tome como ponto referencial o Banco do Brasil, sem contar a lista dos acionistas, encontrar-se-ão os seguintes nomes em sua diretoria: Joaquim José Rodrigues Torres, o visconde de Itaboraí. José Machado Coelho de Castro, foi suplente na décima Legislatura da Câmara dos Deputados e participou dos debates sobre a moeda, também foi presidente do Banco do Brasil. Diogo Duarte Silva, Deputado Constituinte, foi depois representante da Província de Santa Catarina da primeira à terceira Legislaturas Gerais. Teófilo Benedito Otoni – classificado como secretário da diretoria - foi deputado Geral pela Província de Minas Gerais na quarta, sexta, sétima e décima primeira Legislaturas tornando-se depois Senador. José Carlos Mayrink, pai do primeiro visconde de Mayrink e de Francisco de Paula Mayrink que, antes do fim do Império, se dedicou à atividade de banqueiro. João Henrique Ulrich, que também exercera, em 1854, o cargo de presidente do Real Gabinete Português de Leitura.

Mais espantoso ainda é encontrar o nome de João José do Reis, 1º conde de São Salvador de Matosinhos, cuja trajetória é impressionante. Começa com sua entrada, ainda na juventude, na carreira comercial, depois entrou em sociedade com o major Antônio José do Amaral, com cuja filha Reis se casou. A partir de então fundou uma casa comercial e prosperou, dentre suas atribuições contam-se passagens como Presidente da Companhia Brasileira de Navegação a Vapor, na direção do Banco

Comercial do Rio de Janeiro, na fundação do Brazilian and Portuguese Bank chamado depois de Bank of Rio de Janeiro, além de ter sido o presidente honorário das Associações do Porto e Lisboa, diretor-secretário do Banco do Brasil e da Associação Comercial do Rio de Janeiro e de fundar as companhias de seguros: Garantia, Confiança e Fidelidade e Companhia, Comércio e Lavoura. Envolveu-se também com instituições de caridade como o Asilo Profissional de Benemerência Portuguesa, da qual foi fundador no Rio de Janeiro, com a Sociedade Portuguesa de Beneficência, da qual também foi presidente, a Sociedade Lusitana, em Montevidéu, a Caixa de Socorro D. Pedro V, Albergues Nocturnos de Lisboa, a Oficina de São José, no Porto, além de envolver-se com a Comissão dos Hospitais criados no Rio de Janeiro para o combate à epidemia de febre amarela, em 1873, e na Comissão de socorro às vítimas das inundações de Portugal, em 1876. Para não me estender demasiadamente num rol infundável de nomes citarei apenas outros três, que também fizeram parte dos quadros dessa instituição, quais sejam: João Manoel Pereira da Silva, político que teve grande presença na Câmara dos Deputados, e dos conselheiros Antônio Nicolau Tolentino e José Pedro Dias de Carvalho, este último chegou a ser Ministro da Fazenda em outras ocasiões.

Estes são apenas alguns dos nomes que se pode encontrar em uma extensa lista que apenas reafirmam o destacado valor que a questão bancária tinha no Império Brasileiro. Obviamente, por ser um estabelecimento criado pelo Governo com o objetivo específico de regular o sistema financeiro para se obter a estabilidade da economia, o Banco do Brasil suscita a possibilidade de ser visto como um lócus privilegiado do poder e apenas por isso é possível encontrar nele notabilidades como as mencionadas acima.

Para desfazer essa suposição abordarei outro estabelecimento, o Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro, tomando por base ainda os quadros de funcionários vigentes entre 1857 e 1860, em especial, seus diretores. Sobre o cargo de diretor, Carlos Gabriel Guimarães destaca que a diretoria desse banco tinha uma peculiaridade importante, constava em seus estatutos que ele seria administrado por uma diretoria de cinco membros, contando-se com cinco suplentes, sendo que “os acionistas de cinco ou mais ações podem votar e ser votados para os cargos de eleição do estabelecimento; mas não pode ser votado para diretor o que não possuir quarenta ações”. (GUIMARÃES,

2008:4) Em outras palavras, somente os maiores acionistas poderiam ser os diretores, daí o fato de encontrar-se no quadro da primeira diretoria dessa instituição, em 1854, destaques como o dos negociantes José Pedro da Mota Saião, o barão do Pilar, João Baptista Fonseca e Antônio Ribeiro Fernandes Forbes.

A correlação estreita entre poder e finanças pessoais é um dado fundamental que corrobora a suposição de que os bancos eram grandes opções de investimento e de exercício de socialização unindo assim as possibilidades de alianças promissoras com a realização de lucros. A par desse fator é intrigante perceber a profunda semelhança entre o sistema eleitoral geral e a eleição das diretorias. Note-se que se tratava de sistemas que previam uma renda mínima tanto para se votar quanto para ser votado, ambos os sistemas baseavam-se na escolha de notáveis que se destacavam na condução de seus próprios negócios e por isso eram os favoritos entre os demais interessados na condução da empresa e também passavam por eleições periódicas que testavam continuamente sua base de apoio. Deve-se lembrar que a eleição geral era, por excelência, o momento no qual os políticos se submetiam à vontade dos eleitores e poderiam ser reeleitos no caso de conseguirem convencê-los dos acertos nas opções realizadas durante seus mandatos.

No caso dos bancos as considerações versavam sobre um número menor de questões, em última instância tratava-se de obter cada vez mais dividendo para os acionistas, talvez por isso, de maneira geral, houvesse maior estabilidade entre os diretores. Mas isso não significa que não houvesse embates por opções diversas na condução dos assuntos empresariais, nem mesmo no Banco do Brasil, como demonstrou Thiago Gambi ao relatar uma divergência de opiniões entre seu presidente, o visconde de Itaboraí, e a assembleia geral dos acionistas. Tratava-se de nada menos do que uma representação contra o governo capitaneada por alguns diretores e motivada pelo plano restricionista de metalização do fundo. Itaboraí vetou essa representação, a manobra percebida pela oposição à proposta do ministro na Câmara dos Deputados e fortemente criticada. (GAMBI, 2010:301-302):

Retomando o rol dos nomes que podem ser encontrados neste período no Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro estão: Belarmino Ricardo de Siqueira, barão de São Gonçalo, fazendeiro e capitalista, que também atuou como Deputado Provincial pelo Rio de Janeiro, além de ser Oficial da Guarda Nacional, e nesse período, presidente

desta instituição bancária. José Pedro da Mota Saião, barão do Pilar, negociante nacional que trabalhava com comércio de descontos e exerceu o cargo de secretário da diretoria. Antônio Joaquim Dias Braga, negociante estrangeiro de importação e exportação, trabalhava com o comércio de comissão de café, era diretor neste banco.

Henrique de Almeida Regadas, classificado no Almanak Laemmert como capitalista, em 1858, figurou como suplente na diretoria e tem um percurso interessante. Casou-se com Feliciano Tibre, a sobrinha do barão de São Gonçalo, presidente desta instituição bancária. A família Tibre, por sua vez, também se fez presente no sistema bancário da época, o pai de Feliciano era Antônio Joaquim da Silva Tibre que exerceu o cargo de escriturário no Banco do Brasil, enquanto aquele que provavelmente era seu tio, José Carlos Tibre, simultaneamente trabalhou como escriturário no Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro.

Dr. Cândido José Cardoso, doutor em medicina pela faculdade do Rio de Janeiro, era também proprietário de terras e negociante matriculado, além de exercer o cargo de diretor do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro.

Dr. Luiz Peixoto de Lacerda Werneck, ninguém menos do que o filho do barão de Pati de Alferes, participara da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro na década de 1850, e envolveu-se com a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, onde também foi diretor. Nesta empresa Luiz Peixoto compartilhou a diretoria com o comendador e desembargador Alexandre Joaquim de Siqueira, com breve passagem na Câmara dos Deputados onde apoiou discretamente o Gabinete Olinda-Souza Franco. Na presidência da estrada de ferro encontrava-se Cristiano Benedito Otoni, que já fora representante por Minas Gerais na Câmara dos Deputados, em 1848, e que se destacaria por suas posições políticas na década de 1860 chegando a Senador pela província do Espírito Santo. Concomitantemente à carreira política exerceu o cargo de professor de matemática, engenheiro e oficial da marinha, além de ser irmão de famoso diretor do Banco do Brasil.

Encontrava-se também no banco, como segundo escriturário e, anos depois, como ajudante de guarda-livros, um funcionário com sobrenome destacado, José Carlos Mayrink Filho, parente próximo de um dos diretores do Banco do Brasil com quem certamente mantinha conversas sobre sua carreira. Esta indicação reforça a idéia de que muitos cargos tidos como secundários no quadro de empregados dos bancos escondem,

na realidade, um tipo de trabalho mais minucioso, haja vista, desempenharem-se em uma sociedade escravista com um altíssimo índice de analfabetismo. Não é difícil que as funções exercidas nessas instituições possam ter colaborado para a progressão na carreira de muitos dos seus funcionários. O Banco do Brasil, por exemplo, parece ter sido uma via de passagem para muitos dos políticos que se envolveram com a questão do meio circulante como, por exemplo: João Duarte Lisboa Serra, barão de Mauá, Joaquim José Rodrigues Torres, Cândido Batista de Oliveira, etc.

Outra questão, lançada aqui apenas de relance, está na mitificação da trajetória ímpar de Irineu Evangelista de Souza. Pelo que se pode encontrar também tiveram uma ascensão tão incrível quanto a dele João José dos Reis, o conde de São Salvador de Matosinhos, Antônio José Alves Souto, depois visconde do Souto. Pode-se aludir também a Francisco de Paula Mayrink, ainda que não fosse de origem humilde conta que trabalhou em bancos e ao final do império se tornou banqueiro.

Como suplente figurou, em 1858, José João da Cunha Teles, arrolado como negociante de grosso trato com atuação no Porto do Rio Grande, mas também como presidente da Câmara Municipal, tendo participado da produção e inauguração de uma estátua equestre de d. Pedro I em companhia de D. Pedro II, além do marquês de Caxias, presidente do Conselho de Ministros, o visconde de Abaeté, presidente do Senado, Antônio Pereira Pinto, primeiro secretário, servindo de presidente da Câmara dos Deputados, barão de Monserrate, presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Eusébio de Queiróz Coutinho Matoso Câmara, presidente da comissão encarregada de erigir a estátua e Luiz Rochet, o estatuário.

Na suplência do cargo de diretor apareceu Hermenegildo Antônio Pinto, que pode ser encontrado na presidência da Sociedade Portuguesa de Beneficência, associação à qual doou as terras para a construção de um hospital, bem como no Gabinete Português de Leitura, onde atuou como Conselheiro ao lado de João Henrique Ulrich. José Peixoto de Faria Azevedo foi diretor do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro em 1858 e também presidente do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro de 1860 a 1866.

Nota-se neste contexto que a relevância das sociedades filantrópicas era tremenda por apresentar-se como um meio acessível para respaldar a ascensão social dos estrangeiros. Como já foi dito por Ana Maria Pessoa dos Santos (SANTOS, 2007:7-8):

“Para obtenção de título [comendador] era essencial a participação, com donativos ou integração na direção, em sociedades filantrópicas e associações beneficentes, em especial as que atendiam os patrícios, e que somaram 23 entidades portuguesas no século XIX. Dentre elas, destaca-se o Real Gabinete Português de Leitura, fundado em 1837 por 43 emigrantes, comerciantes em sua maioria. Três anos depois, em 1840, é criada a Sociedade Portuguesa de Beneficência, que constrói, em 1858, na rua de Santo Amaro, o Hospital São João de Deus, cuja presidência seria ocupada por portugueses que se destacaram no comércio e nas finanças, como o visconde da Estrela, Joaquim Manuel Monteiro; o conde de São Mamede, Rodrigo Pereira Felício, e o conde São Salvador de Matosinho, João José dos Reis”. (grifos meus)

Conclusão

Como se pode notar tanto os bancos quanto as sociedades comerciais ou beneméritas eram espaços complementares da atuação política. Essa proximidade entre os agentes do Estado e os capitalistas, entendidos aqui como possuidores de recursos disponíveis para grandes aplicações, propiciava uma interação que muito provavelmente extrapolava a simples tomada de decisões sobre investimentos financeiros. A própria estrutura da sociedade imperial de cunho personalista, com tendências clientelares e marcada fortemente pela multiplicidade de funções, favorecia o fato de que as relações entre acionistas, comerciantes e políticos em seus encontros nas reuniões da assembleia ou da diretoria, servissem como socialização e permitissem a formação de redes de contatos que pudessem fornecer diversos tipos de apoio.

A importância das sociedades que contavam com a presença de políticos em seus quadros funcionais fica mais acentuada no caso dos estrangeiros, uma vez que eles eram impedidos de participar do processo eleitoral e encontravam nas sociedades beneméritas uma forma de legitimar e respaldar sua ascensão social e, provavelmente, a possibilidade de fazer desta uma instância de reverberação junto ao poder. Talvez o Real Gabinete Português de Leitura e a Sociedade Portuguesa de Beneficência tenham congregado os nomes mais destacados da comunidade de portugueses estabelecidos no Brasil, quase certamente seus sócios imigrantes estavam relacionados a atividades comerciais. Seguramente, cada um desses estabelecimentos propiciava a circulação de idéias, expressões e pressões, de reivindicações por parte dos poderosos negociantes que ao sair dos encontros promovidos por elas possivelmente voltavam a encontrar-se nas reuniões de acionistas ou nas reuniões da diretoria dos bancos, estas mais abertas à

participação de forasteiros. Assim, as questões política e financeira efetivamente perpassavam estas sociedades e empresas e, aparentemente, extravasavam suas influências para as instâncias políticas oficiais na medida em que todos os envolvidos mantinham, cada um em diversos graus e com relação a algumas instituições, alguns contatos.

Bibliografia

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2008.

GAMBI, Thiago Fontanelas Rosado. *O banco da Ordem: política e finanças no Império brasileiro (1853-66)*. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Ciências. São Paulo, 2010.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O Império e o crédito hipotecário na segunda metade do século XIX: os casos do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e do Banco Comercial e Agrícola na década de 1850. In.: *Textos do II Colóquio de História Agrária*, 2008.

MARTINS, Maria Fernanda. O Círculo dos grandes: Um estudo sobre política, elites e redes no segundo reinado a partir da trajetória do visconde do Cruzeiro (1854-1889). *Locus: Revista de História, Juiz de Fora*, v. 13, nº 1, p. 93-122, 2007. Uma versão eletrônica está disponível no seguinte endereço: <http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/53.pdf> .

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do império: Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A., 1936. Vol 1.

NEDELL, Jeffrey D. Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857. In. *Almanack Brasiliense*. São Paulo, nº10, p. 5-22, Nov. 2009, Fórum. Versão eletrônica encontrada no seguinte endereço eletrônico: http://www.almanack.usp.br/neste_numero/n01/index.asp?tipo=forum&edicao=10&conteudo=320 .

NOGUEIRA, Octaciano e FIRMO, João Sereno. *Parlamentares do Império*. Obra comemorativa do sesquicentenário da instituição parlamentar no Brasil. Centro Gráfico do Senado Federal. Brasília. 1973.

SÁEZ, Hernán Enrique Lara. *Nas asas de Dédalo: um estudo sobre o meio circulante no Brasil entre os anos de 1840 a 1853*. São Paulo: Humanitas, 2010.

SANTOS, Ana Maria Pessoa dos. Vestígios de cá e de lá: traços de emigração e retorno entre o Rio de Janeiro e Fafe. pp. 7 e 8. Uma versão eletrônica pode ser encontrada no site: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/o-z/FCRB_AnaPessoa_Vestigios_de_ca_e_de_la.pdf.